



PODER

Ligação com o Master, mas não com o PCC

À CPI do Crime Organizado, ex-dirigente da Reag minimiza relação da gestora com o banco, classificada por ele como "normal", e nega vínculos da administradora com a facção. Comissão aprova quebra de sigilos bancário e fiscal de Zettel, cunhado de Vercaro

» DANANDRA ROCHA

Ex-presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos, João Carlos Mansur afirmou, na CPI do Crime Organizado, no Senado, que o Banco Master era cliente da gestora de recursos, mas frisou que a relação era "normal". O executivo ainda negou vínculo da empresa com a facção Primeiro Comando da Capital (PCC). A Reag foi alvo das operações Carbono Oculto e Compliance Zero, da Polícia Federal, que apuram suspeitas de infiltração do crime organizado no sistema financeiro e fraudes no Master, respectivamente.

"O Banco Master era um dos clientes, como outros bancos, como outras instituições financeiras e como outras empresas de mercado, um cliente como o senhor, como eu, como o nosso advogado. Então, normal", ressaltou, nas comedidas declarações que deu aos senadores, amparado por uma decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que assegurou ao executivo o direito de ficar em silêncio na CPI.

Mansur sustentou que Reag foi alvo de punições por seu grande porte e por atuar de forma independente no mercado financeiro. Segundo ele, até agosto do ano passado, a gestora contava com cerca de 800 funcionários e administrava mais de 700 fundos. Sempre fomos auditados por empresas internacionais. Eram 12 pessoas no nosso departamento de compliance. A gente é uma companhia aberta, presta regularmente informações ao mercado", destacou.

O depoente refutou, porém, vínculo da empresa com o PCC. "Trabalhamos de forma muito diligente, muito consciente. Infelizmente, passou um rolo compressor", lamentou. "Não temos nenhuma ligação (com a facção). Como o nosso advogado, o nosso patrono acabou de colocar, no procedimento da

Geraldo Magela/Agência Senado



Mansur sustentou que a Reag foi alvo de punições por seu grande porte e por atuar de forma independente no mercado financeiro

Carbono Oculto, em 15 mil páginas, não existe nenhuma menção à associação com o PCC ou com o crime organizado", acrescentou. Mansur, no entanto, recusou-se a responder a outras perguntas dos senadores.

Na sessão, os senadores aprovaram a convocação de dois servidores do Banco Central, suspensos das funções por suposto envolvimento no escândalo do Master: Paulo Sérgio Neves de Souza, que ocupou a diretoria de fiscalização da instituição, e Bellini Santana, ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária.



O Banco Master era um dos clientes, como outros bancos, como outras instituições financeiras e como outras empresas de mercado, um cliente como o senhor, como eu, como o nosso advogado. Então, normal"

João Carlos Mansur, ex-presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos

União na Câmara



político-econômica nacional, e materializados em diversas reuniões com o corpo técnico e jurídico dos contratantes", frisou.

ACM Neto também declarou que, à época da contratação, não havia qualquer irregularidade envolvendo as empresas contratantes e que os valores recebidos são compatíveis com os serviços prestados.

"Os honorários recebidos, os rendimentos declarados e os dividendos distribuídos são inteiramente

compatíveis e congruentes, uma vez que, no mesmo período, foram prestados serviços de consultoria também a outros clientes", destacou. "Vale frisar que tão logo cessou a prestação dos serviços, os contratos e pagamentos foram finalizados. Estou totalmente seguro em relação a estes fatos, haja vista não existir nada de errado."

O vice-presidente da União Brasil afirmou que irá recorrer ao Supremo e à Procuradoria-Geral da

República (PGR) para apurar o que classificou como "vazamento criminoso" e "distorção de informações". Ele também se colocou à disposição das autoridades para prestar esclarecimentos.

Outros nomes ligados às operações investigadas também foram chamados para depor. Entre eles estão o empresário Vladimir Timmerman, fundador da gestora Esh Capital; Leonardo Augusto Furtado Palhares, administrador da Varajo Consultoria Empresarial; Ana Cláudia Queiroz de Paiva, sócia da Super Empreendimentos e Participações;

e Marilson Roseno da Silva, escritor aposentado da PF.

Os parlamentares aprovaram, ainda, um requerimento que pede ao ministro André Mendonça, do STF, o envio de informações e provas já reunidas em investigações do Master. A CPI também solicitou acesso a documentos encaminhados pela Polícia Federal sobre a morte de Luiz Philippi Machado de Moraes Mourão, conhecido como "Sicário" de Vercaro. Mourão cometeu suicídio enquanto estava detido na carceragem da Polícia Federal em Minas Gerais, na semana passada.

ACM Neto afirmou que os valores foram "inteiramente compatíveis e congruentes" com os serviços prestados

associadas que passaram a ser analisados por autoridades. Entre eles está um acordo com o escritório da advogada Viviane Barci de Moraes, casada com o ministro Alexandre de Moraes, do STF, que previa pagamentos de cerca de R\$ 129 milhões ao longo de três anos.

Outro contrato envolve o escritório Ibaneis Advocacia e Consultoria, ligado ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). O acordo previa a venda de honorários de precatórios a um fundo vinculado à mesma gestora, no valor de R\$ 38,12 milhões. Esse contrato foi firmado em maio de 2024, período em que o Banco de Brasília (BRB) já vinha adquirindo carteiras de crédito do Master, operação que posteriormente se tornou alvo de questionamentos e investigações.

Também integram a rede de consultores e advogados contratados pelo Master para atuar em temas políticos, econômicos e jurídicos o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e o ex-ministro da Justiça Ricardo Lewandowski. A presença de ex-integrantes do primeiro escalão do governo indica a estratégia da instituição de recorrer a nomes com forte trânsito em Brasília para tratar de assuntos sensíveis.

Empresa de ACM Neto recebeu R\$ 3,6 milhões

» RAFAELA GONÇALVES
» GIOVANNA SFALSIN
» RAPHAELA PEIXOTO

Em mais um episódio de conexões políticas e empresariais do Banco Master, um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) aponta que uma empresa do ex-prefeito de Salvador e vice-presidente do União Brasil, ACM Neto, recebeu R\$ 3,6 milhões da instituição financeira e da gestora Reag Investimentos entre dezembro de 2022 e maio de 2024.

Os repasses foram destinados à A&M Consultoria Ltda., empresa aberta pelo político logo após as eleições de 2022 e da qual ele é sócio ao lado da esposa. A companhia foi registrada em 28 de dezembro daquele ano, poucos meses depois do pleito.

De acordo com documento, obtido pelo *O Globo*, a consultoria recebeu R\$ 2,89 milhões entre junho de 2023 e maio de 2024. Desse total, R\$ 1,55 milhão foram pagos em 11 transferências realizadas pela Reag Investimentos, enquanto R\$ 1,34 milhão vieram do Banco Master, em nove repasses. Antes disso, entre março e junho de 2023, a empresa já havia recebido

R\$ 703,8 mil das duas instituições.

O relatório também aponta que, no mesmo período em que os valores ingressaram na consultoria, ACM Neto realizou 14 transferências da empresa para si próprio, totalizando R\$ 4,2 milhões. No documento, o Coaf afirma que a movimentação financeira chamou atenção por destoar do porte da empresa. "Identificamos que, no período analisado, a empresa movimentou recursos expressivos, acima de sua capacidade financeira declarada", afirma.

Segundo dados da Receita Federal, a A&M Consultoria possui capital social de R\$ 2 mil e atua, principalmente, na prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial, além de atividades de apoio à educação.

Procurado, o ex-prefeito afirmou, em nota enviada ao **Correio**, que a empresa foi criada quando ele não ocupava cargo público e que, nessa condição, prestou serviços a diversos clientes, incluindo o Banco Master e a Reag Investimentos. "Isto sempre ocorreu com contratos formais, com o devido recolhimento de impostos e trabalhos de consultoria efetivamente executados, notadamente relacionados à análise da agenda